

DHB - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CGC/MF Nº 92.825.900/0001-96
Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, hora e local: Sede Social da Empresa, em Porto Alegre, na Av. das Indústrias, 915, no dia 21 de agosto de 1995, às 9:00 horas.

Convocação: Por anúncios publicados no jornal Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no jornal Gazeta Mercantil Regional RS e SP, nas edições que circularam nos dias 11, 14 e 15/08/95, cujos exemplares encontravam-se sobre à mesa à disposição dos interessados, dispensando-se sua leitura ou transcrição.

Quorum: Compareceram acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas".

Mesa Diretora: Assumiu a Presidência da Mesa Diretora dos trabalhos o Sr. Luiz Carlos Mandelli, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, que convidou a mim, Paulo Gilberto Fernandes Tigre, para atuar como Secretário.

Deliberações: Tomadas por unanimidade, com abstenção dos votos dos legalmente impedidos, foram aprovadas, nos termos da proposta do Conselho de Administração de 13 de julho de 1995, as seguintes matérias:

a) Exclusão do Direito de Preferência: Foi aprovada a exclusão do direito de preferência para subscrição de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações, e bônus de subscrição, nos termos previstos em lei. Em consequência dessa deliberação aprovou-se um novo texto para o artigo 10 do Estatuto Social que passa a vigorar, sem o seu Parágrafo Único e com a seguinte redação: "ARTIGO 10 - Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme dispuser a lei".

b) Bonificação: Foi aprovado o Aumento de Capital Social de R\$ 12.561.855,35 (doze milhões, quinhentos e sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) para R\$ 12.649.788,33 (doze milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos), através da capitalização de parte da reserva estatutária. Em razão do aumento de capital ora deliberado, serão emitidas 1.994.307 (um milhão, novecentas e noventa e quatro mil, trezentas e sete) ações ordinárias, correspondendo a uma

555

bonificação equivalente a 0,7% (sete décimos por cento), sobre as ações de cada espécie, possuída pelos senhores acionistas. As ações ora omitidas terão direitos idênticos aos das atualmente existentes em circulação no mercado e estarão à disposição dos acionistas no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da realização desta assembléia. Em consequência da deliberação mencionada no "caput" deste item b), aprovou-se um novo texto para o Artigo 5º do Estatuto Social que passa a vigorar com a redação seguinte: "ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$ 12.649.788,33 (doze milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos), representado por 286.895.307 (duzentas e oitenta e seis milhões, oitocentas e noventa e cinco mil, trezentas e sete) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 96.961.464 (noventa e seis milhões, novecentas e sessenta e uma mil, quatrocentas e sessenta e quatro) ações ordinárias e 189.933.843 (cento e oitenta e nove milhões, novecentas e trinta e três mil, oitocentas e quarenta e três) ações preferenciais."

c) Emissão de Debêntures Conversíveis: Foi aprovada a 1ª. (primeira) emissão pública de debêntures conversíveis, com as seguintes características:

1. COLOCAÇÃO

O lançamento será público, sendo a colocação processada mediante a intermediação de Instituições Financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da instrução CVM nº 13/80.

2. DATA DE EMISSÃO E VENCIMENTO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão e de vencimento das debêntures de todas as séries será o dia 01 de junho de 1995 e 01 de junho de 2.000 respectivamente.

3. QUANTIDADE DE TÍTULOS E DIVISÃO EM SÉRIES

Serão emitidas 21.000 (vinte e uma mil) debêntures. A emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo a 1ª série de 7.098 (sete mil e noventa e oito) debêntures conversíveis em ações ordinárias e a 2ª série de 13.902 (treze mil, novecentos e duas) debêntures conversíveis em ações preferenciais.

4. VALOR NOMINAL E VALOR DA EMISSÃO

As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para a 1ª e 2ª série, na data de emissão, perfazendo o montante de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais).

655

5. FORMA

As debêntures serão escriturais.

6. ESPÉCIE E CONVERSIBILIDADE

As debêntures serão da espécie com garantia flutuante, sendo a 1ª série conversíveis em ações ordinárias, e a 2ª série conversíveis em ações preferenciais.

7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO DAS DEBÊNTURES

O correspondente ao valor nominal das debêntures, atualizado " pro rata temporis ", pela TJLP mais 12% (doze por cento) a.a, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, de acordo com os itens 8 e 9 abaixo.

8. JUROS: 12% (doze por cento) ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

I) Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano

a) o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês a partir da data de emissão das debêntures e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto no item 20 abaixo e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP) / 1,06]^{n/360} - 1, \text{ onde}$$

TC = termo de capitalização ;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; é

055

n = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor das debêntures .

b) O percentual de 12% (doze por cento) ao ano , acima da TJLP, referido no caput deste item, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionados no subitem nº 8.2 ou na data de vencimento ou liquidação das debêntures sendo considerado, para o calculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas:

II) Quando a TJLP for igual ou inferior a 6%(seis por cento) ao ano:

O percentual de 12% (doze por cento) ao ano acima da TJLP, referido no caput deste item acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionados no subitem 8.2 ou na data de vencimento ou liquidação das debêntures, sendo considerado para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas e exigibilidade acima citadas.

8.1 O montante referido no inciso I, alínea "a", que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível nos termos do item 18, abaixo.

8.2 O montante apurado nos termos da alínea "b" do inciso I ou do inciso II será exigível, anualmente, no dia 01 do mês de junho, e juntamente com as parcelas de amortização programada e no vencimento antecipado ou vencimento final das debêntures, observado o disposto nos itens 18, 17 e 02 desta letra c.

008

8.3 Os juros capitalizados serão agregados ao valor nominal das debêntures para o cálculo do pagamento das amortizações programadas e no valor de conversão das debêntures em ações.

8.4 Na hipótese de extinção da TJLP ou se, pela superveniência de normas legais, ou regulamentares, esta não mais puder ser utilizada como base de remuneração nas emissões de debêntures ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição, o índice determinado em lei ou, na sua ausência, um índice que reflita a perda do valor da moeda no tempo, aprovado em Assembleia geral de Debênturistas.

9. JUROS REMUNERATÓRIOS

As debêntures serão remuneradas a partir da data de emissão, com juros de 12% (doze por cento) ao ano, acima da TJLP, conforme disposto no item 8 acima, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, pagos anualmente, sempre no primeiro dia do mês de junho, ocorrendo o primeiro pagamento em 01.06.96 e o último em 01.06.2000, data de vencimento das debêntures.

9.1. A EMISSORA pagará "pro rata temporis" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: por ocasião do primeiro pagamento de juros, nas eventuais conversões de debêntures em ações, amortizações, aquisições facultativas e vencimento antecipado.

10. PRÊMIO

As debêntures farão jus a um prêmio que será pago nas mesmas datas de aquisição facultativa, vencimento antecipado, e/ou amortização programada das debêntures constantes nos itens 13, 17 e 18 abaixo, incidente a partir da data da emissão, equivalente à diferença positiva, se houver, obtida entre os termos da seguinte fórmula:

$$P_n = (VN \times CM) - VNA$$

Sendo:

555

Pn = Prêmio "n", expresso em reais, a ser pago por debênture em conjunto com as aquisições facultativas, vencimento antecipado e amortização programada;

VN = Valor Nominal na data da emissão, ou seja, R\$ 1.000,00, observadas as amortizações programadas previstas no item 18 abaixo.

CM = Remuneração dos recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse em condições específicas, conforme publicação diária no jornal "Gazeta Mercantil", acrescido de juros de 12% ao ano, ou taxa ANBID conforme definido abaixo, o que for maior:

Taxa ANBID = a variação acumulada da taxa referencial da ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento) para Certificados de Depósitos Bancários, acrescida (capitalizada) de um "spread" de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano (360 dias), calculados exponencialmente, no "período de incidência de juros ANBID".

Entende-se como "período de incidência de juros ANBID", aquele que se inicia na data de emissão das debêntures e se encerra nas datas de vencimento antecipado, amortizações programadas e ou vencimento final das debêntures e, como "sub-período de incidência de juros ANBID", os prazos definidos de acordo com a taxa ANBID mais negociada no instante da definição do sub-período. Assim:

o primeiro sub-período inicia-se na data de emissão das debêntures e termina no prazo definido pela taxa ANBID, pré ou pós, mais negociada, apurada na data de emissão das debêntures;

os sub-períodos seguintes são definidos apurando-se a taxa ANBID mais negociada no dia de vencimento do sub-período anterior e entendendo-se o prazo desta taxa como o sub-período que se inicia;

as taxas e os indexadores, se pós fixados, dos sub-períodos, são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério "pro-rata" se necessário, de forma a cobrir todo o "período de incidência de taxa de juros ANBID".

555 M

VNA = VN atualizado na forma do item 8 acima, até a data do pagamento do prêmio, acrescido dos juros remuneratórios previstos no item 9 acima.

Os prêmios vincendos não serão devidos na hipótese de conversão das debêntures.

11. JUROS MORATÓRIOS

A taxa de juros será elevada em 1% (hum por cento) ao mês, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da EMISSORA no pagamento dos juros ou do principal remunerado das debêntures, nas épocas em que for devido, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, incidentes sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures, referido no item 17 abaixo.

12. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

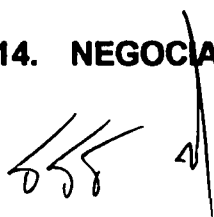
O não comparecimento do debenturista, para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas na escritura de emissão, ou em comunicação publicada pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros e remuneração, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

13. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal remunerado, na forma do item 8 acima, acrescido de juros remuneratórios e prêmio, se houver, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404/76.

13.1 As debêntures objeto deste procedimento poderão: ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou serem colocadas no mercado.

14. NEGOCIAÇÃO



As debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures) administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

15. LOCAL DE PAGAMENTOS

Os pagamentos referentes às amortizações do principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou ainda em instituição financeira contratada pela **EMISSORA**, para este fim.

16. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, em jornal de grande circulação, nas cidades de Porto Alegre e São Paulo, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404/76.

17. VENCIMENTO ANTECIPADO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures, constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela **EMISSORA**, do valor nominal remunerado na forma do item 8 acima, "pro rata temporis" até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com o estipulado no item 8 acima, acrescido dos juros e prêmio, se houver, na forma dos itens 9 e 10 acima, na ocorrência dos seguintes eventos:

- i. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;
- ii. pedido de concordata preventiva formulado pela **EMISSORA**;
- iii. liquidação ou decretação de falência da **EMISSORA**;
- iv. falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

655

- v. vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **EMISSORA**, prevista na escritura de emissão, e
- vi. Alienação pela **EMISSORA** do controle da DHB Componentes Automotivos S.A.

18. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

As debêntures desta emissão, em circulação, terão o seu valor nominal, remunerado na forma do item 8 acima, amortizado em parcelas, conforme a seguinte programação:

Data	Parcela de Amortização do Valor nominal remunerado	Valor da Amortização do Valor Nominal na Data de Emissão (R\$)
01.06.1998	33 %	333,33
01.06.1999	33 %	333,33
01.06.2000	33 %	333,34

18.1. sobre o valor nominal remunerado, na forma do item 8 acima, das parcelas a serem amortizadas incidirá o prêmio previsto no item 10.

19. CONVERSIBILIDADE

- i. as debêntures poderão ser convertidas, a qualquer tempo, à opção de seus titulares, em ações ordinárias e preferenciais do capital social da **EMISSORA**, conforme as respectivas séries;
- ii. a quantidade de ações ordinárias e preferenciais oriundas da conversão de uma debênture será de acordo com o seguinte cronograma:

555

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES
de 01.06.95 a 31.05.1998	28.571
de 01.06.98 a 31.05.1999	14.815
de 01.06.99 a 31.05.2000	6.061

- iii. o número de ações decorrente da conversão das debêntures mencionadas no subitem anterior será ajustado em relação a desdobramentos, agrupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos;
- iv. no caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da Sede da **EMISSORA** no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei 6.404 de 15.12.76 e no Estatuto Social da **EMISSORA**;
- v. as ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferenciais negociadas em Bolsas de Valores à época da conversão e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, a partir da data da solicitação de conversão pelos debenturistas;
- vi. sempre que a **EMISSORA** aumentar seu capital com emissão de novas ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da **EMISSORA**, ou no prazo do eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 dias a contar da publicação do primeiro Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, os debenturistas (a

555

seu critério) terão o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações;

- vii. até o vencimento final da presente emissão, caso a assembleia Geral da EMISSORA delibere emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão o direito (a seu critério) de converter as suas debêntures pelo mesmo preço, igual espécie e classe de ações estipuladas para conversões das novas emissões;
- viii. na hipótese de a Assembleia Geral da EMISSORA deliberar emitir bônus de subscrição, durante o prazo de exercício do direito de subscrição de ações, os debenturistas terão o direito (a seu critério) de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição; e
- ix. as frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base nos subítems vi, vii e viii, serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, pelo seu valor nominal remunerado na forma estabelecida no item 8 acima.

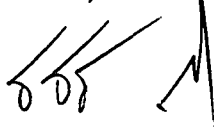
20. VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS

Todo o vencimento das parcelas de juros e amortizações que ocorra em sábados, domingos e feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os efeitos mencionados nos itens 8 e 18 acima, deslocados para o primeiro dia útil subsequente, sendo os juros calculados até esta data, e se iniciando, também a partir desta data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos das debêntures

21. As ações ordinárias decorrentes da conversão terão as seguintes características e vantagens:

■ Estatutárias:

- i). com direito a voto;



- ii). direito ao recebimento do dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei.

- Decorrentes da Escritura de Emissão de Debêntures

- i). farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista;
- ii). farão jus aos dividendos integrais do exercício em que forem convertidas;

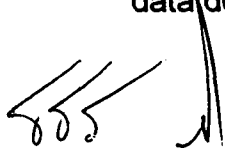
22. As ações preferenciais decorrentes da conversão terão as seguintes características e vantagens:

- Estatutárias:

- i) direito ao recebimento do dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei;
- ii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, na proporção de sua participação no capital social, na hipótese de liquidação da Sociedade; e;
- iii) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da capitalização das reservas e lucros.

- Decorrentes da Escritura de Emissão de Debêntures

- i) farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista, e



- ii) farão jus aos dividendos integrais do exercício em que forem convertidas.

23. DIREITO DE PREFERÊNCIA: Os acionistas da EMISSORA não terão direito de preferência para subscrição na presente emissão de debêntures, sendo-lhes, entretanto, conferido direito de prioridade que deverá ser exercido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da 1ª. (primeira) publicação do Anúncio de Distribuição das debêntures, inclusive, para o referido exercício da subscrição.

24. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS :

Os recursos captados com a colocação da presente emissão de debêntures destinar-se-ão, exclusivamente, para o alongamento do perfil da dívida e investimentos em sua controlada a DHB - Componentes Automotivos S.A.

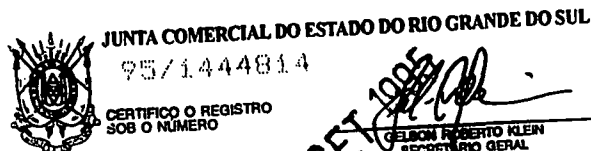
Finalmente ficou delegada ao Conselho de Administração a eventual deliberação sobre as condições de que tratam os números VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, bem como ficou a Administração da Sociedade autorizada a praticar todos os atos necessários à formalização da emissão objetivada, tais como celebrar a respectiva escritura de emissão, contratar o Agente Fiduciário, fixando-lhe os honorários e contratar Instituições financeiras habilitadas a coordenar e liderar o processo de colocação pública das debêntures, podendo, para tanto, celebrar o respectivo contrato, ajustando cláusulas e condições, bem assim a respectiva remuneração.

Encerramento : Nada mais havendo a ser tratado, a Assembléia foi encerrada com a lavratura desta ata, que vai assinada pelos presentes. Porto Alegre, 21 de agosto de 1995. **Assinaturas:** Presidente da Assembléia - Luiz Carlos Mandelli; Secretário da Assembléia - Paulo Gilberto Fernandes Tigre; LCM - Administração e Participações Ltda.; PGT Administração e Participações Ltda.; Luiz Carlos Mandelli; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Carlos Göidanich; Luiz Mandelli; p.p Roberta Mandelli - Luiz Carlos Mandelli - Acionistas.

Declaração: Declaramos que a presente é cópia fiel da original, lavrada no livro próprio da sociedade.


LUIZ CARLOS MANDELLI
Presidente


PAULO GILBERTO FERNANDES TIGRE
Secretario



22 SET 1995